

XXXI SIMPÓSIO NACIONAL DOS ECONOMIÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA CAIXA

RIO RECEBERÁ DE BRAÇOS ABERTOS ECONOMIÁRIOS DE TODO O PAÍS



Em sua 31ª edição, o Simpósio Nacional dos Economiários Aposentados e Pensionistas da Caixa, de 15 a 20 de novembro, está ultimando os preparativos deste que é o maior evento realizado pelas entidades associativas dos participantes da Funcef. Segundo o coordenador do evento, Severino Caldas, “a organização está de vento em popa. O Simpósio do Rio propôs novo formato para as discussões dos temas que serão apresentados, compostos por painéis e mesas-redondas, que darão nova dinâmica às plenárias, aprofundando debates de interesse da categoria de aposentados e pensionistas da Caixa”, salienta. A programação será apresentada nos salões do Windsor Barra Hotel e na casa de festas Ribalta, na Barra da Tijuca. Foram inscritas 1.100 pessoas que somadas aos convidados totalizam 1.200. (Páginas 2, 4 e 5)

Palavra do Presidente

‘O triunfo
pertence a quem
se atreve...’

(Leia na Pag. 2)



O presidente da Comissão Executiva do Simpósio, Carlos Levino Vilanova, reuniu-se com o presidente da APACEF/RJ, Olivio Gomes Vieira, e o coordenador do evento, Severino Caldas, para definir últimos detalhes do encontro

Reembolso de Medicamentos é tema do Acordo Coletivo de Trabalho



Há mais de três anos, após a avaliação positiva da Caixa através da vice-presidência de Saúde (Vipes) e da Gerência de Saúde (Gesad), em 2008, o projeto de Reembolso de Medicamentos está sendo analisado pela CEF, pois integra o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos economiários. “A diretoria de Saúde da Associação e Olívio (presidente) estão aguardando a discussão das Cláusulas Sociais, porque se for decidido como salário indireto está dentro da recuperação de perdas de proventos”, afirma a diretora de Saúde e Bem-Estar, Vera Lúcia F. Moraes. (Página 5)

Manifesto repudia proposta da Caixa

Fenae, Fenacef e Contraf/CUT afirmam que indenização foi anunciada sem que a empresa apresentasse uma proposta para discussão: “Tíquete na aposentadoria: indenização unilateral não sacia a fome de justiça”. (Página 3)

Fim do voto de Minerva mobiliza assistidos dos fundos de pensão

Cresce mobilização em torno do Projeto de Lei Complementar nº 140/07, de autoria do deputado Eudes Xavier (PT/CE), que é uma luta dos participantes dos fundos de pensão. (Página 6)

A PALAVRA DO PRESIDENTE

Olívio Gomes Vieira

‘O triunfo pertence a quem se atreve...’



Estamos chegando na reta final de mais um ano cheio de sobressaltos e turbulências que culminaram com o furacão da crise econômica mundial que, felizmente, não nos contaminou de forma contundente e, fazendo coro ao presidente Lula, para nós, não passou de uma marola. No entanto sentimos, sim, alguns impactos notadamente em nossos fundos de pensão que tiveram de frear seus investimentos.

Fazendo uma avaliação dos revezes e conquistas neste período de muitos percalços, é essencial uma meditação profunda do que aconteceu. Demos prioridade às nossas propostas apresentadas nas últimas eleições e que não são novidades, pois prosseguimos com as nossas bandeiras de lutas, que garantiram, em abril, esmagadora vitória de 80% nas urnas, assegurando o 3º mandato consecutivo da nossa Chapa com o slogan *Vencendo Desafios com Trabalho e Luta*. Vale lembrar que esse mote foi impulsionado no rastro de duas marcas registradas nas gestões anteriores - *Novos Tempos e Liberdade com Responsabilidade*, que também consumaram vitórias implacáveis nas urnas.

A meu ver, as três gestões têm algo em comum - luta pelo bem-

estar dos economiários por meio de batalhas espartanas, puxadas pelos maus tratos vividos pelos assistidos do ex-Sasse/PMPP, que viveram um *calvário*, pois o grupo de assistidos deu sua vida laboral na construção e expansão da Caixa, viu seus esforços escorrerem pelo ralo da insensatez durante 30 anos. E agora graças ao empenho e à dedicação das lideranças presentes em Brasília sensibilizaram o presidente Lula, que não mediu esforços e hoje a maioria dos assistidos já teve sua situação regularizada. A Recuperação de Perdas dos Proventos é reivindicada que deu seus primeiros passos com a nossa presença no

“... o momento é auspicioso para discutirmos essas e outras questões que afligem a todos nós...”

Simpósio de Alagoas, após manifestação no Conecef daquele ano. De lá para cá, o movimento vem mobilizando as lideranças de entidades representativas dos economiários de todo o país, entre elas a APACEF/RJ; o Projeto Reembolso de Medicamentos, que tem por objetivo subvencionar parcialmente os custos de remédios para economiários acometidos de doenças crônicas e degenerativas como diabetes, mal de Parkinson, hipertensão, mal de Alzheimer, e outras. O assunto está sendo discutido no Acordo Coletivo de Trabalho, tem amplas condições de ser aprovado. Exigimos também o tiquete alimentação para todos, apoiando a campanha da Contraf/CUT, Fenacef, Fenae e Mulheres Pré-78.

Nunca é tarde para agradecer as manifestações de apreço e consideração à Fenacef, à Fenae e à Funcef quando, em 22 de maio, fui homenageado com o recebimento da Medalha Tiradentes concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em sessão solene presidida pelo deputado estadual Nilton Salomão, cuja indicação premiou também com uma Moção o presidente da Fenacef, Décio de Carvalho, o presidente da Fenae, Pedro Eugênio Beneduzzi, representado pelo diretor Financeiro da Fenae, Jair Pedro Ferreira, e o presidente da Agecef/RJ, Jorge Henrique Manguieira Sobral.

Devo dizer que o momento é auspicioso para discutirmos essas e outras questões que afligem a todos nós, economiários de todo o Brasil, pois está começando a contagem regressiva do maior evento para os aposentados e pensionistas de todo o Brasil. O *XXXI Simpósio Nacional dos Economiários Aposentados e Pensionistas da Caixa*, que será realizado no Rio, de 15 a 20 de novembro. A programação está repleta de temas que podem mudar as nossas vidas com muita luta, organização e trabalho.

Vale reiterar neste momento de entrega às várias demandas que temos pela frente, é preciso lembrar o que diz com rara profundidade o ícone dos *Tempos Modernos*, Charles Chaplin: *“Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem se atreve...”*

A vida é muito para ser insignificante.”

ELEIÇÃO NA COOPERFORTE

Maggi concorre à reeleição



Algemar José Ferreira apoia o candidato Ricardo Maggi

A Cooperforte conchama seus associados às eleições para delegados, de 06/11 a 20/11. Dois candidatos concorrem à reeleição na defesa dos interesses dos economiários ao pleito Luiz Ricardo Maggi (Rio de Janeiro) e Josebel Amorim (Ceará). Os associados da Cooperativa estão recebendo correspondência em sua residência

contendo uma senha e instruções como votar pelo telefone ou Internet.

“É importante os colegas da Caixa, associados à Cooperforte, votarem, porque a maioria dos candidatos é do Banco do Brasil. Somos apenas dois candidatos à reeleição, Josebel e eu (Maggi). Hoje na Cooperforte somos as únicas vozes ativas dos economiários na Cooperforte”, afirma Maggi que está disponibilizando para contatos os telefones: (21) 8103-4035 e 3576-8531 (residência).

Vote Maggi nº 62.600 - ‘A voz ativa dos economiários na Cooperforte’

Contagem regressiva para a criação da Ouvidoria da Funcef

Com o objetivo de atuar no encaminhamento de reclamações, sugestões e denúncias dos participantes da Fundação. O novo órgão estará vinculado ao Conselho Deliberativo de acordo com as diretrizes estabelecidas em Regimento Interno da Ouvidoria. A Diretoria Executiva da Funcef apresenta em breve a proposta de estruturação dessa Ouvidoria.

A Fundação é a segunda a criar uma Ouvidoria em entidades fechadas de previdência complementar. A Petros foi a primeira Fundação a inaugurar o órgão, em 2003, tendo à frente, a ouvidora Vanda Ferreira.

EXPEDIENTE

Jornal da Associação de Aposentados e Pensionistas da CEF, no Rio de Janeiro (APACEF/RJ) – Av. Almirante Barroso, 06 – Gr. 403/411 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-000 / Tel./Fax: (21) 2262-5177 / 2220-8137 – e-mail: presidencia@apacef.com.br. A APACEF/RJ é filiada à Fenae (Federação Nacional das Associações Economiárias) e à Fenacef (Federação Nacional dos Aposentados da CEF)

Diretoria da APACEF/RJ – Presidente: Olívio Gomes Vieira. **Vice Presidente:** Severino Francisco de Caldas. **Diretor Jurídico:** Silvino Rodrigues Belo. **Diretoria Administrativa:** Luiz Carlos de Mattos. **Diretoria de Patrimônio:** Waldir da Silva. **Diretoria Financeira:** Algemar José Ferreira. **Diretoria de Saúde e Bem – Estar:** Dra. Vera Lucia Faria de Moraes. **Diretoria de Convênios:** Onelso Bruno, **Diretoria Cultural:** Paulo Celibaldo Tavares. **Diretoria Social:** Nelson do Nascimento Amorim. **Diretores Suplentes:** Helio Velho Barcia, Rubem de Assis e Keline Keller. **Assessora Especial da Presidência:** Myriam das Graças Carvalho de Vasconcellos. **Conselho Fiscal:** Adir Machado da Silva, Judith Froés Martins e José Carlos de Oliveira Mandato.

Conselho Deliberativo: Almir de Souza Cruz, Wilson Solidão, Enio Pinto Junqueira, Mario de Souza, Luiz Carlos de Mattos, Deoclecio Francisco Costa, Adão Orestes Adão, Jorge Pereira Borges, Elizabeth Ribeiro Janeiro, Albino de Amorim Leite, Dirceu Dinamir Meira, Carmen Isabel Chitolina, Laercio Vieira Jacques, Julia Carnavale Esposel, Manoel Bulhosa Fernandes, Waldemar Ricardo Oliveira, Marly Ferreira de Mattos, Jorge Alberto Tavares.

O ECONOMIÁRIO

Editor: Tondemar Maria (Mtb 13.185 RJ). **Projeto gráfico e Diagramação:** Durval R. Filho (9714-7262) – **Tiragem** 15.000 exemplares.

Manifesto repudia proposta da Caixa de indenização unilateral para o tíquete na aposentadoria

Documento da Fenaef, Fenacef e Contraf/CUT afirma que medida foi anunciada sem que a empresa colocasse sobre a mesa uma proposta para discussão “Tíquete na aposentadoria: indenização unilateral não sacia a fome de justiça”. Esse é o mote do manifesto que a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenaef), a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) divulgaram, no final de setembro, em relação à proposta de indenização para o tíquete na aposentadoria, anunciada pela Caixa na rodada de negociações da campanha salarial deste ano, ocorrida em 26 de agosto. Confira, abaixo, a íntegra do documento

Manifesto *Tíquete na aposentadoria: indenização unilateral não sacia fome de justiça* “A indenização para o tíquete na aposentadoria, anunciada pela Caixa na rodada de negociação de 26 de agosto, é consequência da mobilização dos empregados e aposentados, por meio de suas entidades sindicais e associativas. Mas, ao contrário do que esperavam os trabalhadores e suas representações, a medida não pode ser concebida como desfecho das discussões que vinham se dando ao longo dos últimos meses, com base no que fora estabelecido no acordo coletivo 2008/2009. O anúncio da indenização foi uma atitude unilateral da Caixa.

O processo de negociação foi abortado no momento em que a empresa deveria colocar sobre a mesa uma proposta para discussão. Uma proposta que pudesse ser confrontada com o pleito das entidades sindicais e associativas, de pagamento do tíquete na aposentadoria a todos os trabalhadores, como benefício mensal contínuo e extensivo a pensionistas. Na cláusula 35 do acordo 2008/2009, o compromisso da empresa foi o de “concluir estudos em andamento e apresentar proposta de acordo extrajudicial ou judicial com empregados que ingressaram antes de 1995 e venham a se aposentar e se desligar da Caixa, para conciliação de demandas relacionadas ao benefício auxílio-alimentação”. Como já dito, não veio pro-



Mesa de negociação discute reivindicações, dentre elas, o Reembolso de Medicamentos

posta. Foi feito um anúncio do que a empresa entende ser razoável para a quitação de um direito dos trabalhadores. A Caixa ignorou ser ela parte interessada e se apresentou como juiz. Julgou que o seu interesse deve prevalecer. Quem não concordar com a indenização estabelecida por ela, que fique sem nada. Ou, então, que continue esperneando nos tribunais. A indenização pelo fim do direito ao tíquete sequer é oferecida a todos que entraram na Caixa até 8 de fevereiro de 1995. Ficam de fora, por exemplo, aqueles que ingressaram com ações judiciais pelo direito ao tíquete e perderam e também os que se aposentaram após 1995 e não recorreram à Justiça. O cálculo da indenização anunci-

ada pela Caixa será com base na expectativa de vida apontada pela tábua AT 1983, a mesma utilizada no momento pela Funcef em seus cálculos atuariais. O resultado será trazido a valor presente. A consequência desses critérios é uma drástica redução do montante que seria percebido pelo aposentado em forma de benefício mensal contínuo. Para quem ingressou na Caixa até 8 de fevereiro de 1995 e ainda vai se aposentar, a Caixa acena com instalação da Comissão de Conciliação Prévia (CCP). Embora envolva a representação sindical do empregado, a CCP não traz perspectiva alentadora, pois as bases estabelecidas agora para a indenização é que deverão prevalecer. Está clara que a in-

tenção da Caixa é, única e exclusivamente, resolver o seu lado com a eliminação de passivos judiciais. Sua medida passa ao largo do reconhecimento do direito dos trabalhadores. Nada tem a ver com solução guiada pelo senso de justiça. O que nela prevalece é o intento de aproveitar a ocasião para eliminar mais um benefício dos aposentados e pensionistas. Fica a indagação sobre qual será o próximo vínculo que a empresa procurará quebrar com quem chega à aposentadoria. A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenaef), a Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) reiteram os propósitos da campanha Fome de Justiça - Tíquete na Aposentadoria, lançada em 6 de fevereiro de 2009, pelo restabelecimento do auxílio-alimentação na aposentadoria a todos e em forma de benefício mensal contínuo, extensivo a pensionistas. As representações dos trabalhadores exigem da empresa a reabertura do diálogo para o tratamento deste assunto, tendo como perspectiva uma solução negociada”. Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenaef) Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef) Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT).

Alerj homenageia Paulo Paim com a Medalha Tiradentes

Foto: Samuel Tosta



Paulo Paim defende fim do voto secreto

Agraciado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, dia 11 de setembro, com a Medalha Tiradentes, maior comenda concedida pelo Estado a uma autoridade. A honraria foi outorgada ao senador como um reconhecimento pela sua atuação em favor das causas sociais e em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas. O projeto, de autoria da deputada Inês Pandeló (PT/RJ), foi aprovado por unanimidade pelos parlamentares fluminenses.

Durante o discurso sob intensos aplau-

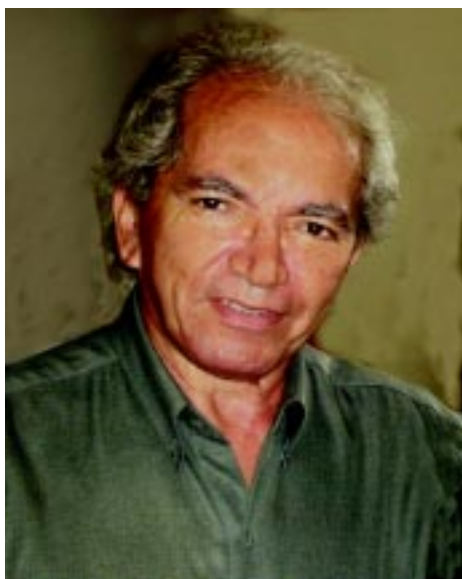
sos, Paim, visivelmente emocionado, agradeceu à deputada Inês Pandeló, que encaminhou o pedido da homenagem, ao povo carioca que lotou as galerias do Palácio Tiradentes, ao deputado Alessandro Molon (PT/RJ), à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), entre outros. O senador destacou sua luta no Congresso Nacional e em sua peregrinação pelo país visa “o fim do fator previdenciário (PL 3.299/08), a recomposição das perdas de aposentados e pensionistas (PL 4.434/08), a concessão do mesmo

percentual de reajuste dado ao salário mínimo a todas as aposentadorias e pensões (PL 1/07), são propostas já aprovadas por unanimidade no Senado Federal. Refutamos os argumentos de que os projetos são inviáveis, de que a Previdência é deficitária”, disse acrescentando que também “defende o fim do voto secreto no exame dos vetos presidenciais (a exemplo do contido em proposta de sua autoria, em análise na Câmara) e a inclusão da Previdência Social entre os setores a serem beneficiados com os recursos do Pré-Sal”.

ENTREVISTA/SEVERINO CALDAS

‘NOVO FORMATO DARÁ DINÂMICA ÀS PLENÁRIAS COM PAINÉIS E MESAS-REDONDAS’

Em entrevista concedida ao O Economiário o coordenador do XXXI Simpósio Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Caixa Econômica Federal, Severino Francisco Caldas (foto), fala dos preparativos finais do maior evento dos economiários que será realizado no Rio de Janeiro, em sua 31ª edição. “A organização está de vento em popa. O Simpósio do Rio propôs novo formato para as discussões dos temas que serão apresentados, compostos por painéis e mesas-redondas, que darão nova dinâmica às plenárias, aprofundando temas de interesse da categoria de aposentados e pensionistas da Caixa”, salienta



batedores?

Severino Caldas - Elegemos como os principais assuntos a serem abordados: o *Panorama Econômico Atual* e *O que muda no ativo e passivo dos fundos de pensão*. Para debater esses assuntos foram convocados os presidentes da Funcef, Guilherme Lacerda; da Previ, Sérgio Rosa e da Petros, Wagner Pinheiro, além do senador Aluísio Mercadante. Para discutir sobre *Gestão Atuarial e Superávit*, convidamos os diretores de Investimentos dessas Fundações e o senador Aloisio Mercadantes. Para o tema *Longevidade e seu Impacto nos Fundos de Pensão*, convidamos o secretário da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), Ricardo Pena; e para falar acerca do *Fator Previdenciário e a Sustenta-*

bilidade e Governança, esperamos a presença do deputado Pepe Vargas (PT/RS).

O Economiário - Quais as novidades adotadas no Simpósio do Rio?
Severino Caldas - A Organização do Simpósio do Rio propôs novo formato para as discussões dos temas que serão apresentados, compostos por painéis e mesas-redondas, que darão nova dinâmica às plenárias, aprofundando temas de interesse da categoria de aposentados e pensionistas da Caixa.

O Economiário - Qual a expectativa de participação do economiário no evento?

Severino Caldas - Boa. Até o momento foram inscritas 1.100 pessoas que se somando ao número de convidados, podemos chegar ao patamar de 1.200 pessoas. Expectativa é que esse número aumente para cerca de 1.200 pessoas, dependendo da confirmação desses convidados.

O Economiário - Quando o assunto é entretenimento o que o Simpósio do Rio programou para os seus participantes?

Severino Caldas - Concentramos nossos esforços no sentido de uma programação à altura da alegria e irreverência do povo carioca. Contratamos o conjunto *The Fevers* para se apresentar no Jantar Típico, na terça-feira, dia 17

de novembro, com o objetivo de resgatar os anos 60, o apogeu da Jovem Guarda. Entre outras atrações, teremos também a apresentação da Escola de Samba Campeã do Carnaval Carioca 2009, a Beija-Flor de Nilópolis.

O Economiário - O Rio de Janeiro, recém-eleita a cidade que sediará a Olimpíada de 2016, é um dos cartões postais mais disputados do País. Como os visitantes poderão desfrutar das belezas da Cidade Maravilhosa?

Severino Caldas - A Comissão Organizadora do evento colocará à disposição dos interessados em fazer passeios, uma empresa credenciada para organizar pacotes turísticos que serão contratados diretamente entre os interessados e a empresa. (Visite o site da APACEF/RJ - www.apacef.com.br - e escolha o melhor roteiro da aprazível Cidade Maravilhosa)

O Economiário - Como foi possível organizar esse grande evento?

Severino Caldas - Quando fui indicado pelo presidente Olívio, como coordenador para esse grande desafio, no passado eu diria que só Deus poderia saber; no entanto, com o apoio que recebi da Comissão Executiva e dos membros da Comissão Organizadora, todos muito esmerados e dedicados, agora posso afirmar que o impossível é possível, teremos um grande Simpósio.

Fundos de pensão: decisão do CMN preocupa participantes

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em 24 de setembro, novas diretrizes de investimentos para os fundos de pensão. Dentre as novidades introduzidas na Resolução 3.792, as entidades poderão aumentar suas aplicações em renda variável e no exterior. Além disso, o órgão do governo permitiu mais investimentos em setores que estimulam o crescimento econômico, como infraestrutura e construção civil. O limite de aplicação em renda variável subiu de 50% para 70% do patrimônio. No mercado internacional, o limite é de 10% do patrimônio, desde que as entidades apliquem por meio de um fundo de investimento regulado no Brasil.

Para o presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, a medida é oportuna,

mas a situação econômica mundial não é propícia para tais investimentos notoriamente no exterior: “Seria muito arriscado apostar em altos investimentos em um mercado que ainda está saindo de uma crise sem precedentes. Quando está em jogo o patrimônio dos fundos de pensão que pertencem aos seus participantes não devemos correr riscos”, adverte. Olívio Vieira defendeu a continuidade de investimentos aqui no Brasil, “principalmente no Rio que necessitará de grandes investimentos em infraestrutura nos próximos sete anos, em especial, em rede hoteleira e em transportes, quando o Rio de Janeiro sediará a Olimpíada de 2016.

(Leia a matéria na íntegra em nosso site: www.apacef.com.br)

Reembolso de Medicamentos é tema de discussão do Acordo Coletivo de Trabalho



Um dos lemas que reverbera com intensidade no site da Caixa é, sem dúvida de contestação, sobre o Saúde Caixa, plano de saúde que apresenta 'os segredos para o bem-estar' dos economiários. Com dois

jargões publicitários usados para garantir a credibilidade do seguro: 'Viver bem, sem doenças, e com a sensação de bem-estar é um ideal possível' e 'Saúde de qualidade para todos'. Acreditando no bom senso e na preocupação dos dirigentes da patrocinadora com os aposentados, pensionistas e ativos, a APACEF/RJ, em 2006, entregou, em Brasília, aos dirigentes da Caixa e da Funcef o Projeto Reembolso de Medicamentos que tem por objetivo subvencionar os custos de remédios para economiários acometidos de doenças crônico-degenerativas como diabetes, mal de Parkinson, hipertensão, mal de Alzheimer, e outros.

Contudo, já se passaram mais de três anos, após a avaliação positiva da Caixa através da vice-presidência de Saúde (Vipes) e da Gerência de Saúde (Gesad), em 2008, o projeto de Reembolso de Medicamentos está sendo analisado pela CEF, pois integra o Acordo Coletivo de Trabalho dos economiários. "A diretoria de Saúde da Associação e Olívio (presidente) estão aguardando a discussão das Cláusulas

Sociais, porque se for decidido como salário indireto está dentro da recuperação de perdas de proventos", afirma a diretora de Saúde e Bem-Estar, Vera Lúcia F. Moraes, acrescentando que "sabemos que recursos existem, viabilidades técnicas estão sendo ajustadas e não podemos duvidar da vontade política em fazê-lo.

Segundo ela, os gastos dos economiários aposentados e pensionistas chegam ao patamar de 18% a 60% de seus benefícios que são destinados à compra de medicamentos. "A Caixa precisa analisar com urgência essa questão que é crucial para toda a categoria dos economiários não só aposentados e pensionistas", acrescenta.

"Esse benefício já é contemplado por outras instituições estatais (Banco do Brasil, Petrobras, IRB, etc), bem como o próprio Governo Federal que também volta seu foco para os medicamentos a baixo custo na Farmácia Popular. Tal benefício irá reduzir, significativamente, os custos do Saúde Caixa", salientou Drª Vera acrescentando que "o estresse, a pressão por metas, a obe-

sidade, triglicérides e colesterol descompensados, entre outros, podem comprometer a saúde dos economiários, surgindo as doenças metabólicas precoces com aumento do absenteísmo".

Para a diretora de Saúde e Bem-Estar, "o alcance deste projeto é significativo, pois vem ao encontro da Caixa em atingir o quinto desafio de ser uma das melhores empresas para se trabalhar, mostrando a preocupação dos seus dirigentes com seus empregados ativos, aposentados e pensionistas", diz Drª Vera Moraes.

Em sua avaliação esse projeto posto em prática será uma forma de recuperação de proventos. "Ao contemplar o economiário com o custeio parcial de seus medicamentos, não só fará com que recupere suas perdas salariais, diminua o absenteísmo para os ativos e, principalmente, recupera a qualidade de vida e a dignidade de viver que tanto anseiam os empregados da Caixa".

A diretora de Saúde e Bem-Estar ressalta que devem ser privilegiadas as ações de saúde com a medicina preventiva.

ENTREVISTA/MIRYAN VASCONCELLOS

'No Simpósio do Rio vamos buscar alternativas para o cenário melancólico que aflige os aposentados'

A afirmação é da assessora especial da presidência da APACEF/RJ e responsável pelo cerimonial do XXXI Simpósio Nacional dos Economitários Aposentados e Pensionistas da Caixa, Miryan Vasconcellos, que considera o evento momento ideal para seus participantes "discutirem caminhos alternativos para a recuperação de mais perdas como tíquete alimentação, reembolso de medicamentos, mulheres Pré-78, entre outros".

O Economiário - É a primeira vez que você é responsável pelo cerimonial de um evento com tamanha envergadura?

Miryan Vasconcellos - Não é a primeira vez.

O Economiário - Há quanto tempo você está no movimento associativo dos economiários?

Mirynha - Desde 2006.

O Economiário - Qual sua primeira experiência no movimento e como aconteceu?

Mirynha - A primeira experiência foi na reunião de 26 de janeiro de 2006, quando no auditório da Caixa, no Rio, foi deflagrada mobilização nacional com vistas à recuperação de perdas. A partir dali nós nos conscientizamos da necessidade de uma mobilização.

Isso tudo aconteceu depois de uma palestra conferida pelo presidente APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, mostrando o cenário

melancólico que afligem os aposentados.

O Economiário - Você participa ativamente do movimento de recuperação de perdas dos proventos. Como avalia o movimento nos dias de hoje?

Mirynha - Participei inclusive secretariando a Comissão Nacional, mobilizando todas as coordenações nacionais. O movimento não morreu, pelo contrário, ele se mantém mobilizado e a recuperação de perdas foi apenas aprovada, o que é um grande avanço, embora não tenha se concretizado devido à crise econômica mundial. Portanto, temos uma expectativa de direitos que está na mão da Funcef que aguarda o tão esperado superávit para pagar essa pendência.

Na ocasião das discussões em torno da recuperação das perdas dos proventos, Olívio, que é uma liderança iluminada, sustentou que essa questão é meramente atuarial.

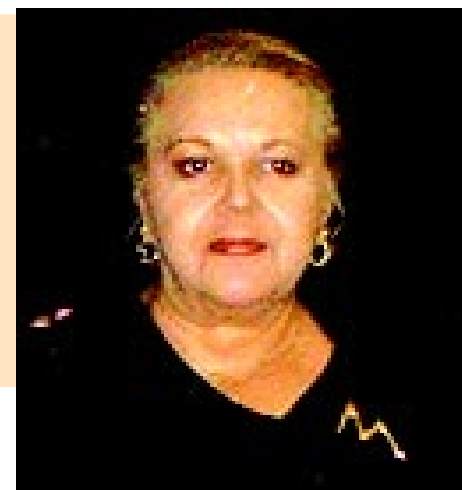
E ele atirou, acertou o alvo e ganhou.

O Economiário - Acha que houve uma demobilização das lideranças para que o movimento refluxisse, perdesse força?

Mirynha - Não. Houve um hiato onde todos estão na expectativa de superávit no nosso fundo de pensão. Nos reunimos em 2007 com a presença de 24 lideranças associativas dos economiários no Conecef; em 2008, prestigiaram o evento 36; e em 2009, 66 pessoas. Então, é indiscutível que a mobilização continua viva.

O Economiário - Qual a importância do Simpósio do Rio no sentido de que o movimento seja retomado com toda força como no passado recente?

Mirynha - O Simpósio do Rio é um momento importantíssimo porque pode promover um grande diferencial com a presença dos integrantes do movimento, inclusive agre-



gando novos adeptos aposentados, que poderão discutir caminhos alternativos para recuperação de mais perdas dos proventos como tíquete alimentação, reembolso de medicamentos, mulheres pré-78, entre outros.

O Economiário - Como você avalia o novo formato do Simpósio do Rio com mesas-redondas e painéis?

Mirynha - Avalio como uma nova realidade no formato do Simpósio, contribuindo para ampliar horizontes, pois à medida que assimilamos mais conhecimentos a respeito de assuntos de nosso interesse - conhecimentos dos planos de benefícios, superávit, meta atuarial, etc., vai dando-nos bagagem para discutirmos com conhecimento de causa assuntos que nos afligem.

PARIDADE NOS FUNDOS DE PENSÃO

Cresce mobilização pelo fim do voto de Minerva

O patrimônio dos fundos de pensão é, na sua essência, e pela sua destinação, propriedade dos participantes, conceito que mais se amplia e fortalece ao instituir a lei o princípio de paridade contributiva. Atualmente, o patrocinador e o participante do fundo de pensão contribuem de forma igualitária, uma vez que a lei complementar nº 108 determina que a contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios não poderá exceder a do participante. A mesma lei estabelece a composição paritária nos conselhos deliberativo e fiscal das entidades fechadas de previdência complementar entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores.

E para esquentar mais ainda as discussões está tramitando na Câmara desde 2007 o Projeto de Lei Complementar nº 140/07, de autoria do deputado Eudes Xavier (PT/CE), que defende a alteração dos arts. 11 e 15 da Lei Com-

plementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para extinguir o voto de qualidade dos conselheiros presidentes do conselho deliberativo e do conselho fiscal das entidades fechadas de previdência complementar cujos patrocinadores sejam instituições públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e outras entidades públicas". O relator do projeto, deputado Lael Varella (DEM/MG), deu parecer favorável à proposta.

"É preciso uma mobilização intensa envolvendo aposentados, pensionistas e ativos, a rigor, todos os participantes, pois é uma questão essencial que tem como atores principais os assistidos dos fundos de pensão verdadeiros donos do extraordinário patrimônio das Fundações e que fortalece a nossa presença na composição paritária dos conselhos deliberativo e

fiscal", avalia o presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira.

Por sua vez, o deputado justifica sua proposta refutando a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. "No referido diploma legal foram estabelecidas as bases para a instituição dos conselhos deliberativo e fiscal, no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, que devem ser representados por patrocinadores, participantes e assistidos, em igualdade de condições", disse o parlamentar, acrescentando: "Cumpramos ressaltar, porém, a figura do voto de qualidade ou 'voto de Minerva' - prerrogativa atribuída, pela citada lei, aos respectivos presidentes. Nesse aspecto, em particular, consideramos tal instrumento destituído de sentido, vez que contribui para desestabilizar a negociação entre as partes e nega a essência lógica da participação paritária", argumenta Eudes Xavier.

A seguir, conheça a íntegra do Projeto de Lei nº 140/07

Projeto de Lei Complementar Nº ... , de 2007
(Do sr. Eudes Xavier)

Altera os arts. 11 e 15 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de

2001, para extinguir o voto de qualidade dos conselheiros presidentes do conselho deliberativo e do conselho fiscal das entidades fechadas de previdência

complementar cujos patrocinadores sejam instituições públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Os arts. 11 e 15 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 11. A composição do conselho deliberativo integrado por, no máximo, seis membros, será paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente.

"(NR)

"Art. 15. A composição do conselho fiscal, integrado por, no máximo, quatro membros, será paritária entre representantes dos patrocinadores e dos participantes e 2 assistidos, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente.

"(NR)

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

"Hoje estamos vivenciando, na lei e na prática, o Estado Democrático de Direito, preconizado no art. 1º da Constituição Federal de 1988. Entretanto, algumas leis infraconstitucionais ainda guardam resquícios do autoritarismo predominantes até então, entre as quais podemos citar a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, que 'Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.'

No referido diploma legal foram estabelecidas as bases para a instituição dos conselhos deliberativo e fiscal, no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, que devem ser representados por patrocinadores, participantes e assistidos, em igualdade de condições. Cumpramos ressaltar, porém, a figura do voto de qualidade ou 'voto de Minerva' - prerrogativa atribuída, pela citada lei, aos respectivos presidentes.

Nesse aspecto, em particular, consideramos tal instrumento destituído de sentido, vez que contribui para desestabilizar a negociação entre as partes e nega a essência lógica da participação paritária.

Cotejando os arts. 11 e 15 da Lei Complementar nº 108, de 2001, com dispositivos da legislação pertinente à previdência complementar vemos que a exigência do voto de qualidade apresenta-se tão-somente para as entidades de previdência fechada patrocinadas por instituições públicas, o que caracteriza anomalia legislativa de cunho discriminatório e autoritário. Com efeito, o voto de qualidade não é previsto na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências'.

Portanto, a presente proposição faz-se importante como meio de extirpar o entulho autoritário prevaletente na legislação que regula a previdência complementar. Sua aprovação certamente resgatará os princípios de igualdade de tratamento e do interesse coletivo.

Em face da relevância da matéria e de seu elevado conteúdo de justiça social, esperamos contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa para aprovarmos esta nossa proposição.

(...)

Deputado Eudes Xavier"

Hoje estamos vivenciando, na lei e na prática, o Estado Democrático de Direito, preconizado no art. 1º da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, algumas leis infraconstitucionais ainda guardam resquícios do autoritarismo predominantes até então, entre as quais podemos citar a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, que 'Dispõe sobre a relação entre a

União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências."

No referido diploma legal foram estabelecidas as bases para a instituição dos conselhos deliberativo e fiscal, no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, que devem ser representados por patrocinadores, participantes e assistidos, em igualdade de condições.

Cumpramos ressaltar, porém, a figura do voto de qualidade ou "voto de Minerva" - prerrogativa atribuída, pela citada lei, aos respectivos presidentes.

Nesse aspecto, em particular, consideramos tal instrumento destituído de sentido, vez que contribui para desestabilizar a negociação entre as partes e nega a essência lógica da participação paritária.

Cotejando os arts. 11 e 15 da Lei Complementar nº 108, de 2001, com dispositivos da legislação pertinente à previdência complementar vemos que a exigência do voto de qualidade apresenta-se tão-somente para as entidades de previdência fechada patrocinadas por instituições públicas, o que caracteriza anomalia legislativa de cunho discriminatório e autoritário. Com efeito, o voto de qualidade não é previsto na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que 'Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências'.

Portanto, a presente proposição faz-se importante como meio de extirpar o entulho autoritário prevaletente na legislação que regula a previdência complementar. Sua aprovação certamente resgatará os princípios de igualdade de tratamento e do interesse coletivo.

Em face da relevância da matéria e de seu elevado

conteúdo de justiça social, esperamos contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa para aprovarmos esta nossa proposição.

(...)

Deputado Eudes Xavier

Previc oferecerá 200 vagas

A anunciada criação da Superintendência Nacional Previdência Complementar (Previc) está gerando expectativa de aquecimento no mercado de trabalho. O governo federal espera a aprovação do Projeto de Lei Complementar 136/09 até o final deste ano, que está tramitando no Senado e já tem parecer favorável do relator, senador Romero Jucá. A pressa é para efetivar a criação da Previc de forma que ela esteja pronta para funcionar ano que vem, antes das eleições. Com a criação da autarquia, surgirão 200 novas vagas por meio de concurso público, sendo 100 de especialistas, 50 de analistas administrativos e 50 de técnicos administrativos. Há outros 40 cargos em comissão que serão destinados aos servidores de carreira e aos auditores da Receita Federal do Brasil.

Para o secretário da SPC, Ricardo Pena, a Previc precisa de estrutura própria para executar seu trabalho. "Precisamos ter orçamento, pessoal e política perene. A Lei 109/01 (que regula os trabalhos dos fundos de pensão privados de previdência) prevê a criação de um órgão independente e os próprios fundos de pensão aprovam essa idéia. Atualmente não temos estrutura própria e todos os servidores da SPC são emprestados de outros ministérios. Eu mesmo sou da Fazenda", afirmou durante a realização do 30º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, que aconteceu em Curitiba, organizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

De acordo com Ricardo Pena, a nova estrutura não traria novas despesas para o governo, já que a Previc seria mantida pela taxa de fiscalização, a Tafic, que será paga pelos próprios fundos de pensão. "A proposta da Previc é trazer segurança econômica, financeira e atuarial, na fiscalização dos fundos de pensão, conforme determina a Lei. Com mais pessoal, as fiscalizações ficarão mais amplas", acrescenta o secretário.

Entrevista/SILVINO RODRIGUES BELO

'O XXXI Simpósio constitui-se num marco de todos os outros já realizados'

A declaração é do diretor Jurídico da APACEF/RJ, Silvino Rodrigues Belo, que tomou posse em abril. Estreante no cargo, abraçou a causa dos ex-assistidos do PMPP, há quatro anos, junto com os dirigentes da Associação. Belo teve atuação de guerreiro nas idas e vindas a Brasília, que resultaram, com a interferência do presidente Lula, na vitória daqueles assistidos que viveram cerca de 30 anos na berlinda.

O Economiário - Há mais de cinco meses, a Diretoria tomava posse sob o slogan de campanha vitoriosa da Chapa 10 - Vencendo Desafios com Trabalho e Luta. Que balanço o sr. faz do desempenho, neste período, do Setor Jurídico da APACEF/RJ?

Silvino Rodrigues Belo - Quando tomamos posse no dia 4 de abril, fizemos um planejamento do plano de trabalho que visava à reestruturação do Setor Jurídico no sentido de resgatarmos cada vez mais a credibilidade junto ao associado da área e manter mais expressiva a imagem da Associação numa situação de vanguarda em defesa dos direitos adquiridos dos aposentados economiários, em geral, e dos associados da APACEF/RJ em particular.

O Economiário - Quais as principais ações que tramitam nos tribunais sob o patrocínio dos advogados que são credenciados pela APACEF/RJ?

Silvino - As principais ações que dizem respeito ao Auxílio Alimentação, cesta alimentação, revisão dos proventos do INSS, Pré-78, que havia alguns casos que ainda estavam em tramitação, agora aquelas ações que a APACEF/RJ está envolvida como as de bitributação, mandado de segurança coletivo promovido pela Fenacef em que a Associação está engajada e tem as ações de reenquadramento de funções comissionado, as de equiparação de funções, que serão promovidas, e os processos que vamos promover relativos ao FGTS sobre auxílio alimentação, sexta e oitava horas, CTVA (Complemento Temporário de Valores de ...), que está na dependência do escritório responsável ingressar na Justiça. Além dessas ações, promovemos junto aos ex-assistidos do ex-Sasse/PMPP, cuja solução se deveu a nossa iniciativa direta e graciosa através da APACEF/RJ, o ressarcimento de valores que a Associação bancou para levar a bom termo essa solução.

O Economiário - O que está faltando para concluir de uma vez por todas a revisão definitiva do PMPP?

Silvino - Continuamos a empreender negociações junto ao INSS para que se finalize a revisão de todos os benefícios que irão proporcionar àqueles assistidos alguns valores a receber e a outros que estão a receber para conclusão definitiva (o atraso dessa questão deve-se à Dataprev que está procedendo essa revisão). Vale ressaltar, porém, que cerca de 1.100 já têm regularizadas suas revisões.

O Economiário - Na conjuntura atual em que os projetos do senador Paulo Paim em prol da recuperação de perdas de aposentados e pensionistas sejam bem-sucedidos na Câmara dos Deputados, o sr. acredita que os processos em andamento deveriam ser interrompidos?

Silvino - Em relação aos proventos recebidos da previdência oficial, certamente que sim, pois

se refletirão nas ações específicas do INSS. Quanto às ações específicas da previdência complementar, essas dependerão mais da vontade política da Caixa em promover acordo, ou acordo amplo com os economiários assistidos para solução desses processos, refletindo-se em economia para a Caixa que gasta todos os recursos para manutenção e acompanhamento de cerca de 2 milhões de ações judiciais e a disposição de acabar com a "cultura do não" sistemática de negação em promover acordos administrativos e assim evitar o ingresso de novas ações judiciais. Quanto à Funcef a mesma situação se repete pois não há acordos com seus assistidos para pôr fim a cerca de 10 mil ações que tem contra si por parte dos mesmos.

O Economiário - As entidades associativas e sindicais dos empregados e aposentados da Caixa - Fenaef, Fenacef, Unei e Contraf/CUT - estão lutando pela quitação do auxílio alimentação na aposentadoria, para todos que ingressaram na empresa até 1995. Como o sr. avalia essa reivindicação?

Silvino - O auxílio alimentação para os aposentados foi uma grande conquista para os assistidos que passaram a ter o direito adquirido para a habitualidade do pagamento que fora feito até 8 de fevereiro de 1995, quando o Ministério da Fazenda recomendou que fosse suprimido pela Caixa por entender ser mera liberalidade. Para o restabelecimento desse benefício (auxílio alimentação) foi necessário ingressar com ações judiciais e, até 2002, por falta de uma orientação jurisprudencial do TST, alguns autores ganharam, outros perderam.

O Economiário - Como fica a situação dos economiários que foram admitidos na Caixa antes de 8 de fevereiro de 1995?

Silvino - A partir de 2002, com a Ordem Jurisprudencial (OJ) nº 250 Sessão de ... Dissídios Individuais (SBDI), que reverteu na OJ 51 SBDI, o TST definiu que os economiários assistidos que foram admitidos na Caixa antes de 8/2/95 e os que se aposentaram até essa mesma data tinham direito sobre a guarida da Justiça, o direito adquirido pela habitualidade de pagamento ao auxílio alimentação. A questão que está sendo colocada agora é em relação aos assistidos que tenham ingressado na Caixa antes de 8/2/95, quando foi suprimido o auxílio alimentação já constara do direito adquirido com base no Regulamento então vigente. E é em relação a esses que se deveria lutar para que também tenham o reconhecimento a esse direito - o auxílio alimentação.

O Economiário - E a situação dos economiários que foram admitidos na Caixa depois de 8 de fevereiro de 1995?

Silvino - O Art. 35, do Acordo Coletivo de Trabalho de 2008, que é objeto da luta das associações e federações representativas dos ati-

vos e assistidos, diz respeito aos ativos que ingressaram na Caixa antes de 8/2/95 e ainda se encontram em atividade e que está sendo negociado no ACT 2009, na Comissão de Reconciliação Prévia da Caixa. Ressalte-se que os ativos que ingressaram na Caixa após 8/2/95, quando foi suprimido o auxílio alimentação, e por já estarem sob a égide de novo Regulamento de Pessoal, não terão direito a esse benefício quando se aposentarem, e não está sendo objeto do Acordo Coletivo de Trabalho de 2008, e agora inserido no ACT 2009.

O Economiário - Como resolver esse imbróglho que tanta dor de cabeça trás aos assistidos e o que diz a Caixa sobre o caso?

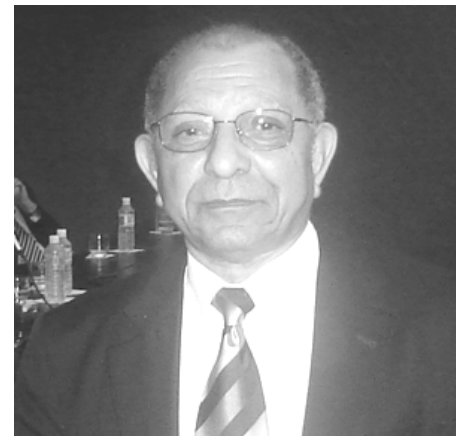
Silvino - Observa-se que os assistidos, que recebiam e tiveram suprimido o auxílio alimentação em 8/2/95, já conquistaram na Justiça o restabelecimento do auxílio e receberam os respectivos atrasados; ou os autores que estão com ação judicial em tramitação com esse mesmo objetivo e para aqueles que não entraram na Justiça, a Caixa está oferecendo um acordo negociado para antecipação das parcelas vincendas com o pagamento à vista com deságio (valor que será oportunamente apresentado a cada um que se habilitar ao acordo para antecipar quitação do auxílio alimentação, mediante a antecipação dos valores futuros.

O Economiário - Então esse acordo proposto pela Caixa contempla as partes envolvidas?

Silvino - No meu entendimento, esse acordo proposto pela Caixa é uma perspectiva de que aquela empresa está pretendendo quebrar um pouco a "cultura do não" e tentar negociar com seus assistidos algumas de suas prerrogativas o que seria realmente alentador. E no caso específico do auxílio alimentação que, em novembro de 2007, sugerimos à senhora presidente da Caixa, Maria Fernanda Ribeiro, que promovesse esse processo, seria uma forma de beneficiar, em alguns casos, expressivo número de assistidos em situação financeira extremamente difícil. E também ser favorável à própria instituição para acabar o excessivo número de ações judiciais e evitar os provisionamentos que é obrigada a fazer e ascende a valores vultosos, refletindo-se na apuração do resultado final.

O Economiário - A seu ver, qual deveria ser a atuação das entidades representativas dos assistidos nessa queda de braço?

Silvino - No meu modesto entendimento as associações, federações, sindicatos, etc., deveriam lutar na mesa de negociação do Acordo Coletivo de 2009, que o deságio que venha a ser proposto pela Caixa seja muito menor do que o anteriormente proposto às pensionistas, conforme tabela então divulgada, pois proporcionaria maior recurso e disponibilidade para os atuais aposentados e pensionistas que queiram participar deste acordo proposto pela Caixa



O Economiário - Quais os temas que serão abordados no XXXI Simpósio Nacional dos Economiários Aposentados e Pensionistas da Caixa no Rio, em mesas-redondas e plenárias, enfocando temas jurídicos que a APACEF/RJ reivindica nos tribunais de Justiça?

Silvino - Releve-se primordialmente ao XXXI Simpósio que pode e deve constituir-se num marco entre todos os simpósios já realizados pela forma como o presidente Olívio, como dirigente de vanguarda, a quem me agreguei, está imprimindo esse evento. Em relação às proposições, que me couberam na distribuição das tarefas, o objetivo é que elas sejam tecnicamente factíveis, juridicamente viáveis e financeiramente sustentáveis para podermos conquistar a vontade política de quem decidir para alcançarmos nossos pleitos. Assim, não é quantidade de proposições que é importante, mas qualidade dessas propostas que permitam atendermos aos anseios, aspirações e expectativas da maioria dos associados quanto a sua realização efetiva.

O Economiário - Quais são esses anseios e expectativas?

Silvino - O que é hoje de real interesse para os aposentados e pensionistas: 1) Aumento de seus benefícios previdenciários; 2) Redução de despesas e obrigações que oneram seu orçamento familiar; 3) Atenuação ou recuperação de perdas; e 4) Disponibilidade de mais recursos para comprar os inevitáveis medicamentos de uso contínuo. E, para isto, propusemos um decálogo com tópicos afins a título meramente ilustrativo.

O Economiário - Como o sr. avalia sua trajetória à frente do serviço jurídico da Associação que é um dos setores mais procurados na entidade?

Silvino - Hoje o Setor Jurídico em uma entidade passou a ser o espelho da própria imagem da Associação, porque pelas dificuldades de toda a ordem dos assistidos, os recursos financeiros ínfimos, reajustes pequenos, endividamento e, sem outras perspectivas, a expectativa é uma receita extra advinda de uma ação judicial bem-recebida. Neste sentido, a reestruturação do Setor Jurídico, no resgate da credibilidade e as ações envolvidas para possibilitar o ingresso na defesa dos interesses e direitos dos associados, em agregar novos associados e contribuir para aumento da receita da Associação, têm sido frutíferos, graças ao apoio de colaboradores e a confiança em nós depositada pelo presidente da APACEF/RJ Dr. Olívio e a colaboração de todos os colegas que compõem a Diretoria da Associação. Espero para continuar à frente da Diretoria Jurídica desenvolvendo esse trabalho que nos gratifica e que fazemos por sermos sonhadores e idealistas. Acreditamos naquilo que fazemos com fé e esperança.

Curso de Dança de Salão resgata qualidade de vida

Chega de estresse, imobilismo e melancolia. A sua qualidade de vida e auto estima ganham o caminho certo com a criação do Curso de Dança promovido pela Diretoria Cultural da APACEF/RJ, que tem horários sob medida para os associados e seus dependentes.

Se você não encontrou seu parceiro(a) para a iniciação do dois-pra-lá e dois-para-cá está na hora de participar das aulas de dança de salão, que começaram no dia 3 de março. A dança é um exercício que faz bem à mente e ao corpo, excelente terapia impulsionando uma vida saudável, evitando doenças que acometem pessoas que não praticam atividades salutares. Informações com a Diretoria Cultural 2262-5177.



CURSO DE INFORMÁTICA

WINDOWS - WORD - EXCEL - POWER POINT
Currículo - Cartão de Visita - Mala Direta - Planilha Eletrônica - Apresentação de slides - Internet - E-mails

CURSO AVANÇADO

WEB SITE
FRONT PAGE - HTML
PREPARE SEUS FAMILIARES PARA O

MERCADO DE TRABALHO

- Intrutores de comprovada experiência
- Certificado grátis ao final do curso

Av. Alte. Barroso, 6 - Gr. 403 a 411
Centro - RJ - Tel/Fax: (21) 2262-5177
Mais informações visite nosso
site: www.apacef.com.br

Advogado de plantão

O Departamento Jurídico informa que está em funcionamento plantão, às sextas-feiras, das 13h às 17h. Advogado da Assessoria Jurídica encontra-se à disposição do quadro social para prestar orientação nas diversas áreas do Direito, na APACEF/RJ — Av. Almirante Barroso, 6/4º andar. Informações: 22262-5177.

Você faz tudo para unir a sua família?
A Cooperforte também.



É sempre bom ter as pessoas que a gente ama bem pertinho. Ainda mais quando elas podem usufruir das mesmas vantagens que você, como empréstimos, convênios e aplicações. Por isso, traga já os seus parentes* para a Cooperforte e compartilhe com eles os benefícios de ser associado da maior cooperativa de crédito urbano do país.

COOPERFORTE
Tudo de bom pra você
0800 701 3766 • www.cooperforte.org.br

*Podem se associar funcionários, aposentados e pensionistas dos bancos públicos federais, seus pais, filhos e dependentes.

AVISO IMPORTANTE

A Diretoria da APACEF/RJ informa aos sócios favorecidos pelo Convênio Drogeria Pacheco durante o mês de outubro, que terão seus descontos efetivados cumulativamente no mês de novembro. A alteração foi provocada por motivos técnicos, impedindo o procedimento normal de cobrança. Assim o faremos no próximo mês. Mais informações podem ser obtidas pelo telefones 2262-5177 ramal 202 - 0800258927.